

EDUARDO LOURENÇO *

DA CONTRA-EPOPEIA À NÃO-EPOPEIA:
DE FERNÃO MENDES PINTO A RICARDO REIS

O título que foi anunciado por Maria Irene Ramalho é um título, digamos, de circunstância, é um título de circunstância para um texto que escrevi e que não vou ler, e que me permitirá, não abordar, na sua expressão empírica, o que foi o processo ou o que é ainda o processo da cultura portuguesa nestes dez anos após o 25 de Abril, mas apenas tentar de uma maneira, digamos, quase mítica, através de um certo número de sinais, compreender o sentido desse mesmo percurso. Portanto, não se espere uma descrição das diversas fases do nosso itinerário cultural após o 25 de Abril, mas mais uma reflexão em voz alta do que, para mim, tem sido o sentido desse percurso. Efectivamente, o título que foi anunciado é mais subtítulo do que título. O título seria, fundamentalmente, este: «Da contra-epopeia à não-epopeia: de Fernão Mendes Pinto a Ricardo Reis», e se eu efectivamente lesse o texto que estava preparado, esse texto comportaria duas epígrafes, que, naturalmente, vai comportar. A primeira é de José Saramago, *O Ano da Morte de Ricardo Reis*: «Até parece que estamos a contar a história de outro país. Bastou ter-se metido um terramoto pelo meio e aí temos o resultado. Quem nos viu e quem nos vê! Se melhor ou pior, depende de estar vivo e ter viva a esperança». O segundo é de Lídia Jorge: «Credo! Andávamos mal das vistas da imaginação, apetecia, então, uma pessoa pensar no meio desse party».

Se escolhi estas epígrafes é porque elas me parecem traduzir o essencial de uma modificação que se opera, ao mesmo tempo, na maneira como a vida está sendo vivida em profun-

* Professor da Universidade de Nice; ensaísta.

didade neste país, de há dez anos para cá e sobretudo nos últimos anos, e igualmente porque, sobretudo na primeira frase, se encontra um eco de um certo desencanto e esse desencanto seria aquele que é traduzido no título «Da contra-epopeia à não-epopeia».

Quando se dá o 25 de Abril, naturalmente que se abre um espaço que, já foi aqui referido, todos nós dizemos como espaço de liberdade, liberdade do cidadão, liberdade, por conseguinte, de participar colectivamente na expressão política, na discussão ideológica, digamos, na determinação do futuro de nós todos enquanto indivíduos, coisa que, efectivamente estava coarctada pelo sistema anterior, que era uma representação da vontade nacional mas enquanto encarnação de uma certa classe, de uma certa casta dirigente.

Simplesmente, o 25 de Abril vem, aparentemente, destruir as bases de uma mitologia cultural que sustentava o antigo regime. O antigo regime caracterizava-se por ser, culturalmente, um regime orgânico, um regime no qual a expressão política, a expressão ideológica e a expressão cultural formavam uma totalidade assaz coerente. Quando intervém o 25 de Abril opera-se uma espécie de vazio. Esse vazio, numa primeira fase, é ocupado por um entusiasmo popular, um entusiasmo, uma adesão à própria operação, ao próprio acto do 25 de Abril, mas o problema é saber que espécie de projecto cultural se vai substituir ou vai se encarnar nesse espaço aberto pelo 25 de Abril. Evidentemente que não era fácil, não era possível, talvez não fosse desejável, que, para uma perspectiva que se anunciava como a de uma democracia pluralista, aparecesse, de imediato, para substituir a antiga mitologia cultural do regime, uma contramitologia. E, todavia, foi, numa primeira fase, o que pareceu que ia acontecer. Na verdade, no antigo regime havia em funcionamento um estrito plano cultural, uma mitologia cultural officiosa que repousava num certo número de referências, num certo número de valores, quer dizer, num sistema que nós podemos chamar de nacional-catolicismo ou catolicismo conservador e, ao mesmo tempo, no interior do regime, uma outra mitologia cultural que é a mitologia da oposição, a qual, a partir dos anos 40, sobretudo dos anos 50, é, fundamentalmente, uma mitologia cultural de inspiração marxista. E curiosamente, o que aconteceu no antigo regime é que, no estrito plano cultural dos valores propostos pelo regime, as suas concepções, por maior que fosse a sua expressão a nível da comunicação de massas, dos jornais, da imprensa, etc., nunca se impôs no plano estritamente cultural. Paradoxalmente, a

esquerda portuguesa, enquanto realidade cultural, viveu no antigo regime quase uma espécie de idade de ouro.

Tudo o que tinha a caracterização de uma certa oposição, tudo o que veiculava valores de liberdade, de libertação, de crítica ao sistema vigente, mesmo implícita, tinha um acolhimento de princípio favorável e uma audiência que a palavra oficiosa do regime, em matéria de cultura, nunca alcançou. Para tornar isso mais flagrante e, ao mesmo tempo, para mostrar como a realidade cultural do antigo regime é uma realidade ambígua, basta pensar que, a partir dos anos 50, o manual de literatura que é, por assim dizer, o *vademecum* dos estudantes portugueses, em matéria de iniciação à história literária, é a famosa *História da Literatura* de Óscar Lopes e de António José Saraiva, informada, como toda a gente sabe, por um ideário de intenção progressista e marxista. Quer dizer, o regime anterior, por mais orgânico que tenha sido na sua vontade de hegemonia cultural, não foi capaz, sequer, de impor ou de tornar aceitável para a maioria dos estudantes portugueses um manual da sua lavra. E o que acontece neste campo podemos deduzi-lo igualmente nas diversas expressões culturais. Não é que não tenha havido, naturalmente, uma cultura do regime expressa em obras universitárias realmente conhecidas em matéria de erudição mais ou menos informada pelos valores do regime. Mas a verdade é que a criatividade nesse campo foi extremamente limitada. E, por conseguinte, parecia que, aberta a porta do 25 de Abril, se encontrava, enfim, a esquerda na situação óptima para impor um novo ideário, uma nova mitologia cultural informada pelos valores de esquerda que já estavam funcionando, triunfalmente mesmo, no antigo regime.

Ora, acontece que, logo a seguir ao 25 de Abril, esses valores funcionam na ordem ideológica, mesmo na ordem política, mas no campo cultural manifesta-se como que uma espécie de silêncio. Há uma espécie de silêncio que mais tarde vai ser visto como uma espécie de confissão de impotência, uma espécie de crítica à ideologia de esquerda como simples ideologia de oposição, simples ideologia crítica negativa mas incapaz de criatividade própria, quando confrontada com o real concreto, o que seria exactamente contrário às pretensões dessa mesma mitologia. E assim nós verificamos que, contrariamente àquilo que se esperava, durante alguns anos não aparecem obras significativas, não aparecem criações culturais significativas que transponham em termos aceitáveis e em termos inovadores a mudança ou a metamorfose que se está operando no campo político, no campo ideológico ou no campo económico. Há uma espécie, digamos, de silêncio da cultura portuguesa enquanto

criação nos primeiros dois, três anos após o 25 de Abril, ao ponto de a direita, que começa já nessa altura a ressuscitar, naturalmente dizer que afinal de contas o antigo regime não tinha nenhuma característica repressiva específica em matéria cultural, que, afinal de contas, os intelectuais tinham podido criar à sua vontade, que não havia as famosas obras na gaveta, que não aparecem depois do 25 de Abril, e por conseguinte o antigo regime, afinal de contas, não era tão repressivo na ordem cultural como se dizia.

A verdade é que os períodos revolucionários — e a seguir ao 25 de Abril nós vivemos, efectivamente, um momento revolucionário do processo — não são, em geral, aptos para a criação no sentido de grande reflexão e de aprofundamento. É preciso que a mudança se instale para que, em seguida, haja no plano cultural essa transformação. Mas Portugal encontra-se, em 74/75, numa situação totalmente nova e, consciente ou inconscientemente, à procura de uma imagem, à procura de um mito cultural, de uma referência que se possa de algum modo substituir às referências carismáticas do antigo sistema. E como sabem, numa primeira fase há uma tentativa de algum modo de construir um sistema de referências culturais, ou de mitos, que venham substituir aqueles que eram as características de um regime que funcionava em função das referências Deus, Pátria, Família, mas que era sobretudo um regime que tinha instituído Portugal como um país de missão ecuménica própria que se traduzia no seu espaço imperial. De repente, com o espaço imperial desaparecido, os portugueses sentem, consciente ou inconscientemente, a necessidade de reactualizar a sua própria imagem de Portugal.

Talvez aquilo que foi mais positivo e mais decisivo e que, de algum modo, comanda todo o processo de transformação cultural nestes últimos dez anos, foi o facto de Portugal, com a Revolução de Abril, ter passado, efectivamente, a título colectivo, à condição de sujeito, à condição de sujeito cultural. Durante dois anos, Portugal foi objecto de um interesse intenso do olhar internacional; nós tivemos o sentimento de que existíamos e éramos vistos, de que Portugal estava desempenhando um papel positivo na história do Ocidente em geral, em matéria política, em matéria ideológica, de que, possivelmente, estávamos a dar corpo a uma espécie de revolução exemplar. A Europa não se cansava de falar na nossa própria exemplaridade — o que era, de facto, já, um pouco suspeito para a própria marcha da revolução — mas o facto é que Portugal, de repente, sente que interessa e que é interessante, mas que é interessante para todos e que, apesar da perda do seu espaço imperial, ele recupe-

rou uma outra identidade e que essa identidade era preciso, de novo, ser redefinida. Portanto, numa primeira fase, justamente, há um aspecto crítico da cultura portuguesa que consiste em evacuar algumas das referências da antiga mitologia e uma dessas referências é, naturalmente, Camões. Camões que tem servido, sucessivamente, em cada período de crise portuguesa, como motivo de discussão ou de concentração do projecto cultural português no seu nível mais alto.

Houve, portanto, algumas tentativas de contrariar a imagem militante, a epopeia ao mesmo tempo imperial e vagamente guerreira que é simbolizada n'*Os Lusíadas*, por uma outra forma de ver o nosso próprio destino, enquanto destino igualmente ecuménico, mas desta vez um destino, digamos, aceitável. E é passados dois ou três anos que aparece, efectivamente, no nosso campo cultural, a tentativa de desviar o sentido da nossa aventura cultural, enquanto aventura imperial, de desviá-la de Camões para uma outra das grandes personalidades literárias e culturais portuguesas, Fernão Mendes Pinto. A respeito de Fernão Mendes Pinto fazem-se peças de teatro, bandas desenhadas, há mesmo o projecto, realmente, de um filme; não sei se este desvio da imagem camoniana portuguesa para a imagem, digamos, Mendes Pinto, foi alguma coisa de consciente mas a verdade é que, para mim, ele parece sintomático, era a maneira de readquirir, de novo, uma imagem positiva de Portugal, mas igualmente ecuménica, num outro sentido: não guerreira, mas de fraternidade com os diversos povos do mundo. Quer dizer, uma imagem que correspondia melhor aos objectivos, aos imperativos da Revolução de Abril. Mendes Pinto seria, por conseguinte, o tipo mesmo do homem português, da cultura portuguesa na sua adaptabilidade, na sua variabilidade, na sua humanidade, mas igualmente uma imagem positiva. Quer dizer, Portugal precisava de restaurar uma imagem que tinha sido abalada, no fundo, pelo próprio 25 de Abril. E restaura, recorrendo ao mito de Mendes Pinto. E portanto, nesta primeira fase, em matéria de busca de sinais e de símbolos para a nova mitologia cultural é à volta de Mendes Pinto que se organiza uma nova leitura do percurso e da experiência portuguesa, enquanto experiência passada e enquanto exemplo para o presente.

Era natural que uma outra experiência do passado português fosse objecto de um repensamento, de uma reapropriação, enquanto mito exemplar para aquilo que estava acontecendo em Portugal; isso passa-se com a releitura, com o reincentivar de todos os mitos ligados à nossa revolução de 1385. Era já um paradigma, era já qualquer coisa que tinha sido reivindicada

sempre pela leitura progressista da história portuguesa, desde António Sérgio, de António José Saraiva, Álvaro Cunhal e outros que se tinham debruçado sobre a revolução de 1385 como sendo a primeira grande intervenção do povo português na sua própria história, povo que tinha agora, de novo, no 25 de Abril, uma segunda ou uma terceira grande oportunidade de participação.

Infelizmente, esta primeira fase, digamos, eufórica do processo, esta primeira fase que é, ao mesmo tempo, fase da epopeia em que se sente o viver nacional ainda como viver com o futuro, a revolução na sua fase de confiança nela própria, como sabem, não vai durar muito e, passado pouco tempo, digamos, um ano após o 25 de Novembro, a cultura portuguesa começa a derivar para uma reflexão de um outro tipo que encontra nas diversas manifestações culturais vários exemplos. Mas é nesse período que aparecem, por assim dizer, os primeiros resultados significativos da metamorfose que se estava operando na vida portuguesa em matéria cultural. É nessa altura que começam a aparecer, efectivamente, as primeiras grandes reflexões sobre o próprio processo e, ao mesmo tempo, uma crítica desse processo. É uma fase de reflexo, que se vai acentuando até aos nossos dias e que me parece ter como explicação mais evidente o facto de que a esquerda portuguesa viável que herdou essa prática da primeira fase eufórica não tem nenhuma espécie de projecto cultural que possa substituir aquele projecto cultural implícito na primeira fase e que era ainda de inspiração marxista. A partir de 1975, o ideário político, o ideário ideológico da nova classe dirigente, é informado por valores de resistência justamente a esse projecto e sem nenhuma capacidade de lhe substituir qualquer coisa, qualquer outra mitologia cultural. E, neste capítulo, como os herdeiros naturais da primeira fase do processo foram sobretudo, o PSD, mas, fundamentalmente o Partido Socialista como representante, digamos, da esquerda no poder, como o Partido Socialista não tem nenhum projecto cultural, uma vez perdida a referência vagamente marxizante da primeira fase, nós entramos, a nível ideológico e, reflexamente, a nível cultural, num período de puro eclectismo e, pouco a pouco, de uma restauração, afinal, dos valores que tinham servido já ao antigo regime para justificar a sua acção, para justificar o seu projecto político.

Não quer dizer que o Partido Socialista retome na sua letra esses valores; o que ele retoma é um ideário, uma vez perdida, de facto, a peninha marxista que lhe tinha servido, na primeira fase, de referência, com os *posters* de Marx, enfim, nas sedes, etc., uma vez perdida essa referência, não fica ao

Partido Socialista mais do que uma vaga ideologia de substituição, em que as marcas e as referências de uma ideologia anterior ao Estado Novo são o fundamental — referências de ordem maçónica, um certo jacobinismo e, fundamentalmente, um ideário democrático extremamente vago e adaptável que não comporta nenhum tipo de reflexão cultural e, sobretudo, nenhum tipo de reflexão cultural à altura das esperanças, à altura da vocação, à altura da ruptura que foi assinalada no domínio político, no domínio ideológico e no domínio económico pelo movimento de Abril na sua primeira fase. Consideram-se, de algum modo, herdeiros de uma certa tradição, mas herdeiros que têm uma grande dificuldade em aguentar essa herança, senão de uma maneira extremamente passiva; triunfa o ideal de uma democracia formal, as condições para uma prática cultural diversificada existem, mas o Partido Socialista, que é quem tem condicionado, fundamentalmente, a marcha política deste país nos últimos anos, não tem, efectivamente, um projecto cultural que se possa considerar capaz de sustentar, de revivificar, de justificar os valores e a visão do mundo que, em princípio, parecia ser aquela a que a Revolução de Abril abria caminho.

Daí, naturalmente, o desencanto progressivo que se tem manifestado na prática cultural portuguesa, não impedindo isso que essa prática tenha produzido, fundamentalmente nos últimos anos, expressões culturais extremamente válidas — eu creio que estamos num período extremamente criativo, de uma grande criatividade e particularmente de uma criatividade em que a participação feminina é, por assim dizer, a marca mais evidente — mas sem que efectivamente se tenha podido encontrar uma mitologia de substituição para o conjunto da mitologia orgânica do antigo regime. Pouco a pouco, foi surgindo uma revolução que não teve mestres que a justificassem — e a não justificação ao mesmo tempo teórica, ética e ideológica da revolução, que foi o princípio mesmo da possibilidade da reversão ou da inversão a que assistimos, suscita normalmente os mestres da contra-revolução. E, efectivamente, os mestres da contra-revolução existem, têm as suas tribunas, têm os seus jornais, têm as suas revistas, e a ameaça latente que realmente constituem justifica possivelmente que um homem como José Saramago — que foi um dos protagonistas mais brilhantes e eficazes da primeira fase da revolução — em 1984 escreva um livro, talvez não tão desencantado como se diz, mas um livro intitulado *O Ano da Morte de Ricardo Reis* que é, de algum modo, a não-epopeia, é a revolução, é a cultura que ela produziu enquanto não-epopeia. Dos heterónimos de Fer-

nando Pessoa, ele escolheu justamente aquele que é o mais amargo, o mais desiludido, o mais desencantado. É estranho que alguém que em 1974/75 protagoniza a ideologia, o ideário militante, eufórico, de uma revolução que parece estar em vias de acontecer em Portugal, seja o mesmo autor que, pretextando o regresso de Ricardo Reis a um Portugal de 1935, faz de uma maneira metafórica o retrato do nosso próprio desencanto na hora actual.

Não é por acaso que o romance começa por uma frase que é uma contraposição a um verso célebre de Camões — «Aqui o mar acaba e a terra começa» — para indicar que, efectivamente, Abril nos abria essa terra, nos abria o mar. Tinham acabado os fantasmas imperiais, tinha acabado o tempo da epopeia, mais imaginária do que real, tínhamos de nos converter a uma aventura concreta numa terra precisa que era agora a nossa — a nossa de todos. Mas, afinal de contas, essa aventura transforma-se numa aventura melancólica e o fim do livro fecha com uma série de reflexões e um certo paralelo entre o que era a Península Ibérica em 1936 e o que é, digamos, o Portugal de 1984: quer dizer, um país em que os fantasmas, a possibilidade do regresso ao antigamente, a reinstauração, lenta mas eficaz, do antigo sistema de valores continua na ordem do dia. E — eu vou terminar aqui — eu creio que Saramago não escreve esse livro como puro desistente, mas como uma espécie de aviso: por um lado, é efectivamente uma constatação elegíaca do nosso percurso cultural dos últimos dez anos, mas, por outro lado, é, de facto, um aviso preciso para re- recordar, para reinstaurar, se ainda é tempo, os valores que deviam ter correspondido, não a uma revolução falhada mas a uma revolução possível ou, em todo o caso, a uma transformação possível de Portugal, num sentido diferente daquele que o antigo regime tinha consignado. E que Saramago não fantasma, nós podemos realmente supô-lo vendo o luxo e a arrogância do novo discurso cultural das novas direitas, diversas, que existem em Portugal, a maneira como eles assumem actualmente o presente de Portugal como o seu próprio futuro, lendo, por exemplo, uma revista como o *Futuro Presente* que se intitula, não por acaso, *Revista de Nova Cultura*, como se efectivamente a cultura que devia ter sido a cultura destes dez anos nunca tivesse existido e propondo, de novo, os mesmos mitos e, mais do que os mitos, propondo pura e simplesmente uma contra-revolução com todas as letras e sem nenhuma espécie de disfarce. No texto de apresentação do último número, intitulado «Para uma alternativa» fazem-se incitações a uma alteração da ordem política, da ordem ideológica, da ordem cultural de

um regime que, afinal, não foi capaz de a instalar, e faz-se mesmo um apelo ao próprio exército para que ele ajude a instaurar a contra-revolução cultural, a qual, efectivamente, só está em marcha porque, afinal de contas, não fomos capazes, durante estes dez anos — embora alguns imaginem que isso aconteceu —, não fomos capazes de instaurar uma verdadeira resposta, no campo cultural, para aquilo em que o país efectivamente se transformou ou se está transformando e, sobretudo, não fomos capazes de dar uma resposta aos problemas que já se punham antes do 25 de Abril e que continuam a pôr-se depois do 25 de Abril, quer dizer, este reencontro de Portugal consigo próprio, que lhe foi permitido pela Revolução, mas que não foi cumprido na ordem cultural.